



3ª Sessão

17 de abril de 2002

sinopse por Andréa Naccache

Jorge Forbes relata ter reformulado, na manhã do próprio dia 17 de abril, a maneira como pretendia dar seqüência a seu seminário anterior, com os temas do tempo lógico, da precipitação e da certeza. Planejou-se do futuro até a data atual, e portanto iniciou sua fala comentando qual será o conteúdo dos dois próximos encontros.

Dia 24/4: o final de análise.

Dia 8/5: será recebido Renato Janine Ribeiro, Prof. Titular de Ética e Filosofia Política da Faculdade de Filosofia da USP, para responder: *que pacto social podemos aguardar do homem do século XXI?* Para indagá-lo, estarão reunidos Tercio Sampaio Ferraz Junior., Prof. Titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da USP, Jorge Forbes e, havendo oportunidade, Miguel Reale Júnior, atual Ministro da Justiça e Prof. Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP.

Forbes retoma seu trabalho a partir de uma deixa do último encontro (10/4): o princípio epistemológico da psicanálise é a divergência do homem com o mundo. Isto implica que toda a conclusão só pode ser precipitada - em face de uma suposta e impossível conclusão justa, totalmente demonstrada. Na clínica, portanto, não há motivo para aumentar o tempo de raciocínio de um analisando. Faz-se o oposto: ele é levado à possibilidade de concluir sobre o conflito irresoluto.

Isto põe em questão a proposta sempre vigente em psicanálise de que a base do tratamento seja a *empatia*. Ao contrário, o analista assume uma posição de radical incompreensão. A pessoa é levada, quase numa desistência de esperar mais, a concluir precipitadamente. Para tanto, atravessam-se os mares da *angústia*.

A conclusão é precipitada em relação à idéia de que haveria no mundo um lugar onde as conclusões se garantiriam: o lugar do certo e do errado - em outros termos, à idéia de que haveria um axioma das nossas vidas, uma significação última (aquilo que quem vai ao astrólogo pede). Essa idéia, em psicanálise, chama-se falo. A conclusão precipitada, por seu turno, não é fálica.

Lacan propôs o tempo como fator *variável* e *integrante* da clínica analítica. São dois aspectos: (1) variável: não padronizado, (2) integrante: a variação do tempo integra a conclusão precipitada. Por conseguinte, um erro no tempo é um erro na conclusão.

Nas sessões de duração estável, o tempo fica fora da clínica, como o alambrado do campo de futebol. Ele é necessário, serve para que ninguém atrapalhe, mas não joga.

Forbes reitera, da semana passada: não é a Freud que remonta a obrigação de um tempo *standard*. Demonstra-o com base no relato de análise do americano Abraham Kardiner (do livro *Mon analyse avec Freud*, Ed. Belfond).

Kardiner conta ter ido a Viena procurar Freud ao mesmo tempo que outros cinco pretendentes a analisando. A família de Freud, porém, exigia-lhe a presença, e ele havia se comprometido, por isto, a não se dedicar à clínica por mais de 30 horas na semana.

Assim, surgiu-lhe a necessidade de reduzir a carga semanal de análise destes novos pacientes das tradicionais seis horas, para cinco. Resultado: a urgência, por decisão de Freud, mudou uma tradição.

No entanto, do novo arranjo mais tarde fez-se regra. O rigor no tempo firmou-se nos anos posteriores, quando se combateu certa dispersão das práticas, inclusive como reação à análise leiga. Lê-se, de Nádia Maria Ferreira Sérgio (membro da SPRJ), o seguinte relato: quem dirige a padronização no instituto de psicanálise de Berlim, a DPG, é Max Eitingon. (*Reconstruindo 'Farrapos': a trajetória histórica da SPRJ: instituição e poder*, tese de doutoramento na UFF, p. 117).

As regras da DPG são regras do *para-todo*, em sentido lógico. Estabelecidas como se fosse possível um controle da ação do analista. Este regramento, porém, é incompatível com a psicanálise, que funciona sob a lógica do *não-todo*, da estrutura em conflito. Para a formação, não cabem regras totalitárias. A normalização do tempo é desfavorável.

Em face disso, é bom ler em Lacan "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada" (texto de 1945, dos *Escritos*). Neste texto, é descrita uma brincadeira de salão fundada em um sofisma, para mostrar a inserção do tempo na lógica do sujeito:

O diretor do presídio faz comparecerem três detentos escolhidos e lhes comunica o seguinte: (...) "Vocês são três aqui presentes. Aqui estão três discos que só diferem por sua cor: três são brancos e dois são pretos. Sem dar a conhecer qual deles terei escolhido, prenderei em cada um de vocês um desses discos nas costas, isto é, fora do alcance direto do olhar; qualquer possibilidade indireta de atingi-lo pela visão estando igualmente excluída pela ausência aqui de qualquer meio de se mirar.

"A partir daí, estarão à vontade para examinar seus companheiros e os discos de que cada um deles se mostrará portador sem que lhes seja permitido, naturalmente, comunicar uns aos outros o resultado da inspeção. (...) O primeiro que puder deduzir sua própria cor é quem deverá se beneficiar da medida liberatória de que dispomos.

"Será preciso ainda que sua conclusão seja fundamentada em motivos de lógica. (...)

Aceita esta proposta, cada um de nossos três sujeitos é adornado com um disco branco, sem se utilizarem os pretos, dos quais se dispunha, convém lembrar, apenas em número de dois. (*Escritos*, pp. 197-198)

Lacan reconhece uma solução perfeita, em que todos os presos conseguem concluir e ganham a liberdade, com o seguinte argumento:

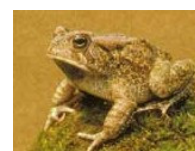
"Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: 'Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto.' E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão." (*idem*, p. 198)

Como é em função da hesitação dos demais presos que cada um decide sua cor, Lacan introduz o tempo no raciocínio que está sendo formado. Sua inserção fica evidente no movimento de oscilação dos presos entre titubear, concluir, titubear, e finalmente concluir para dirigir-se ao encontro do diretor do presídio com a resposta do desafio.

No entanto, Forbes constata que isto só funciona em *sujeitos de lógica pura*. Com tal condição, como funcionaria numa análise? Quando uma pessoa é sujeito de lógica pura?

Antes de prosseguir na questão, destaca a frase final de Lacan neste texto, na última nota de rodapé, uma referência de Freud: "o coletivo não é nada senão o sujeito do individual". A partir desta frase, desenvolverá seus exemplos de conclusão precipitada.

O primeiro é atual. No domingo, dia 14 de abril de 2002, toda a imprensa nacional e internacional noticiou com alarde a queda do presidente da Venezuela. No entanto, em uma "República tupiniquim", uma pessoa, o Presidente da República, antes que qualquer outro se



pronunciasse, disse: “não gostei, é ato antidemocrático, que o Presidente da Venezuela seja reconduzido ao poder”.

Depois deste pronunciamento, ficou claro. Imediatamente os presidentes da América Latina fizeram eco: “inaceitável!”. O que aconteceu com Fernando Henrique? Ele poderia silenciar. Esperar para ver é o que normalmente se faz. Poderia entrar num cálculo da sua vantagem. Poderia estar no gozo do pensamento.

Mas não: Fernando Henrique deduz-se, não fala como indivíduo, e “coloca-se no lugar dessa dedução com um dito”. Arrisca-se, separa-se do gozo e aproveita a oportunidade de anunciar que a América Latina não suporta mais golpes militaristas. Hoje, diz Forbes, todos sabemos disso. No domingo, porém, acreditávamos que a América Latina acataria mais um golpe reacionário.

Este homem soube dizer “não é assim” contra todos, contra a corrente. Pôs a cara para bater. Fez o que Lacan reconheceu como um ato ético.

O outro exemplo, mais distante, já entrou para a História. Trata-se do episódio em que a Alemanha invadiu a França (1940). Num momento pouco heróico da história francesa, ela acolheu o invasor. Um governo francês de composição se estabeleceu no Sul do país. Contra esta capitulação, desde Londres, pelas ondas da BBC, um jovem general lança um apelo que inaugura a resistência francesa.

Um ato, o famoso discurso de Charles de Gaulle, de 18 de junho de 1940, que Forbes lê na íntegra e analisa. Antes de qualquer outro, e contra as evidências, ele percebeu – e disse – que esta seria uma guerra mecânica e mundial (dois novos aspectos: mecânica e mundial), e que forçosamente resultaria na vitória dos Estados Unidos, com seus aliados, porque possuíam a maior indústria. É um discurso precipitado, que antecipa um ganho. Visionário, ousado, arriscado, o discurso de um nome. Há outros.

Em síntese, *alea jacta est*. O mais rápido discurso, o da travessia do Rubicão por Júlio César. Com Forbes: “é um momento que sempre nos emociona”.

Por que emociona? Porque o homem é uma espécie que só tem a palavra. Ela é, em última análise, sua arma para viver. Quando se faz dela algo mais que blá-blá-blá, isto emociona.

Esses atos, como todo ato, não refletem posições de convicção pessoal (“eu quero que”, “eu gostaria que”). Ao agir, cada um deles abre mão do seu gozo de pensamento para ser, por um momento, um *sujeito de lógica pura*.

Na clínica isto pode ocorrer quando há decisão a partir do ponto incompleto (do desejo). Em algum momento acontece uma afirmação não preparada, não raciocinada, mas precipitada. O coletivo, *neste momento*, nada mais é que o sujeito do individual: o analisando deixa cair o gozo, e passa a ser um enunciador universal. Qual a satisfação? Há uma mudança do gozo de antes do ato para depois do ato. Fernando Henrique vai terminar seu governo provavelmente melhor; e agora, pós-ato, pode usufruir do acerto do seu dito.

A análise, portanto, retifica a posição do sujeito com o gozo. Os exemplos mostram com simplicidade o que se opera: “você tira o gozo impeditivo ao ato, e goza, em seguida, do efeito do ato que pôde suportar”.

